



## UM EXERCÍCIO INVESTIGATIVO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM SABER-FAZER DA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NECESSÁRIO À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Daniela de Sousa Pantoja <sup>1</sup>  
Jadson Fernando Garcia Gonçalves <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta um exercício de investigação que ocorreu em contexto escolar no decorrer da execução do subprojeto de Pedagogia, PIBID – Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba. Trata-se de uma iniciação ao processo de investigação da educação escolar no âmbito da iniciação à docência. Embasado teórica e metodologicamente em abordagem qualitativa de pesquisa em educação o texto aborda a perspectiva de Educação Inclusiva implementada na escola parceira do PIBID – Pedagogia. Como resultado, acreditamos que o investimento em um saber-fazer da docência, no processo de formação inicial de professores, encontra na prática de pesquisa um forte aliado para a formação qualitativa de professores. No que diz respeito ao resultado da pesquisa sobre Educação Inclusiva implementada na escola, apontamos a necessidade de que haja mais contratação de profissionais qualificados (no caso preciso de nossa pesquisa, o Profissional de Apoio Escolar - PAE) para atuar na perspectiva da Educação Inclusiva na escola.

**Palavras-chave:** Formação inicial de professores, Educação inclusiva, Iniciação à docência, Profissional de Apoio Escolar.

### INTRODUÇÃO

O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) é uma importante ferramenta que contribui para a Formação Inicial de professores, pois através da atuação no Programa é possível conhecer a realidade da escola básica e refletir sobre a prática pedagógica e as problemáticas do processo educativo escolar. O Programa contribui para que seja fomentado o processo de iniciação à docência de licenciandos, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

Assim, o PIBID se apresenta como uma atividade essencial de iniciação à docência, onde em sua dimensão formativa promove a necessária relação entre teoria e prática e o

---

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Abaetetuba, [danyelas2809@gmail.com](mailto:danyelas2809@gmail.com).

2 Professor orientador: Doutor em Educação, Faculdade de Educação e Ciências Sociais - UFPA, Campus de Abaetetuba. [jadsonfggoncalves@gmail.com](mailto:jadsonfggoncalves@gmail.com).





exercício da criticidade, criatividade e reflexividade do pensamento, contribuindo para a formação inicial de professores e a melhoria da educação básica no Brasil.

No período compreendido entre outubro de 2022 a junho de 2023, período inicial do projeto PIBID-Pedagogia, foi possível, gradualmente, iniciar o processo de inserção à experiência da docência escolar. Destaca-se que enquanto graduanda de pedagogia, ainda não havia tido nenhum contato com o trabalho docente no chão da escola e o conhecimento prévio obtido no processo de Formação Inicial no Curso de Pedagogia estava relacionado, sobretudo, à teoria, aos grandes teóricos da educação como Paulo Freire, que nos instiga a pensar e falar com sabedoria, a ensinar com amor. Este processo inicial de inserção e de compreensão do contexto escolar foi fundamental para refletirmos a respeito de nossa própria prática docente, norteadas pela concepção de que educar é uma atividade social intencional que não pode ser realizada de qualquer jeito, mas sim embasada em planejamento prévio e conhecimento teórico-prático a respeito da educação.

Na etapa seguinte, durante a realização de atividades próprias do trabalho de iniciação à docência, pude auxiliar a professora e os educandos (da Turma para a qual fui designada para acompanhamento) com atividades escolares. Alguns estudantes até mesmo me chamavam de professora e nesta etapa percebi que ter esse contato inicial com a organização e dinâmica real da escola e da sala de aula é importante para a formação da docência a partir da reflexão sobre própria prática. Assim durante o processo de iniciação à docência foi possível entrar em contato com diversas práticas pedagógicas, formas de ensinar, metodologias e didáticas diferenciadas, saberes de professoras experientes e, simultaneamente, ocorria o ganho de novos conhecimentos, vivências e saberes.

No decorrer dos meses houve um desenvolvimento qualitativo na forma de pensar e agir diante do processo educativo, indo do fantasioso e colorido mundo inicial das teorias descoladas da realidade escolar até o pensamento de que educar é fomentar a aprendizagem significativa das crianças, onde reconhecemos que há problemas presentes no processo educativo que necessitam de atenção e intervenção, sobretudo, a partir de nossa formação docente que vai ocorrendo no processo de participação da vida na escola.

Já no segundo semestre que correspondeu ao mês de agosto de 2023 a março de 2024, as atividades por nós desenvolvidas ainda envolviam o acompanhamento em sala e houve a aplicação de projetos pedagógicos e atividades no âmbito da escola. Para além disto, neste período houve um maior direcionamento para atividades formativas de cunho acadêmico, onde bolsistas de iniciação à docência, professores e equipe gestora da escola e do projeto PIBID-Pedagogia, participaram de palestras, oficinas sobre temáticas educativas diversas:





educação para as relações étnico-raciais; ensino de matemática para os Anos Iniciais, profissionalidade docente, educação inclusiva. Também produzimos e apresentamos trabalhos em eventos acadêmicos locais (Pantoja *et all* 2023 e 2024). Esta última temática de formação sobre Educação Inclusiva despertou um interesse particular, sobretudo a partir das vivências em sala de aula ocorridas em duas turmas, conforme descrevemos abaixo.

A primeira turma que acompanhei como bolsista de iniciação à docência foi a do 5º Ano, turno da manhã. A turma possuía um total de 33 alunos e considero que era uma turma lotada; concentrava alunos na faixa etária entre 9 e 10 anos. A turma possuía 03 alunos com deficiência, sendo dois com Transtorno com Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e uma com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Me chamou atenção o fato de esta turma não contar com nenhum Profissional de Apoio Escolar. Para compensar esta ausência, havia uma professora auxiliar na sala de aula.

A segunda turma que acompanhei foi a do 2º Ano, turno da manhã. A turma era menos lotada e contava com 25 alunos; entre estes havia dois educandos com deficiência. A turma também não contava com o Profissional de Apoio Escolar, sendo necessário que eu, na condição de bolsista de iniciação à docência, auxiliasse os educandos em sala para que pudessem realizar algumas atividades. Embora esta turma congregasse alunos cujo nível de aprendizagem fosse considerado leve, era bastante alvoraçada e inquieta e, diante dessa situação, a professora da turma buscava manter a ordem através da autoridade, do grito e de outras formas tradicionais de gestão de turma. Durante minha permanência na turma, verifiquei que a docente não possuía habilidades e estratégias de ensino e faltava-lhe paciência.

O investimento no exercício de investigação a partir das vivências na iniciação à docência tem na perspectiva da educação inclusiva, sobretudo a partir das experiências mencionadas acima, a sua temática e seu foco está direcionado ao profissional da educação denominado Profissional de Apoio Escolar que atua na Educação Especial na escola Núcleo de Iniciação à Docência (NID) onde desenvolvemos o projeto PIBID-Pedagogia.

Assim, o texto objetiva apresentar como no processo de formação inicial de professores é também importante estimular a iniciação ao processo de construção do saber científico: a iniciação à docência ligada à iniciação à pesquisa. Aqui é apresentada uma perspectiva de um exercício investigativo em educação escolar, a partir da vivência na iniciação à docência no PIBID-Pedagogia-UFPA. Este exercício toma por baliza metodológica a investigação qualitativa em educação de tipo etnográfico (André, 2006 e 2012; Angrosino, 2009), pois se baseia em informações obtidas em contexto escolar através





de observação participante e a descrição da mesma realidade escolar a partir de nossa imersão e participação das atividades em tal contexto. Do ponto de vista temático, objetivamos discorrer sobre a importância da atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE) para o desenvolvimento dos alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais e destacar a atuação e atribuições desse profissional na perspectiva da educação inclusiva a partir das reflexões de vivências do PIBID-Pedagogia na escola Mariuadir Santos.

Acreditamos que o investimento em um saber-fazer da docência, no processo de formação inicial de professores, encontra na prática de pesquisa um forte aliado para a formação qualitativa de professores. No que diz respeito ao resultado da pesquisa sobre Educação Inclusiva implementada na escola, apontamos a necessidade de que haja mais contratação de profissionais qualificados (no caso preciso de nossa pesquisa, o Profissional de Apoio Escolar - PAE) para atuar na perspectiva da Educação Inclusiva na escola.

## METODOLOGIA

Por estarmos interessados, em termos de iniciação científica, em realizar um exercício investigativo ou estudo do cotidiano escolar a partir de nossa imersão no contexto da Escola Mariuadir Santos fizemos a opção, em termos metodológicos de pesquisa em Educação, pela abordagem qualitativa de pesquisa utilizando para tanto as contribuições de Angrosino (2009) e André (2006 e 2012) a respeito da pesquisa de tipo etnográfico.

Para André (2012, p. 41),

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia a dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retém, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo a atuação e o papel de cada sujeito nesse complexo interacional onde ações, relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados.

De acordo com Angrosino (2009, p. 31),

A etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um observador objetivo daquelas vidas. [...] os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que elas estudam.

Com foco no processo de formação de professores, André (2006) advoga a utilização alternativa da pesquisa de tipo etnográfico como potencializadora da qualidade da formação docente. Segundo a autora (2006, p. 129 e 130),

Outra alternativa no desenvolvimento de intelectuais autônomos, livres e emancipados é a inserção, nos cursos de formação docente, da pesquisa etnográfica, voltada às situações do cotidiano escolar, com o objetivo de articular teoria e prática





pedagógica, pesquisa e ensino, reflexão e ação didáticas.[...] A aproximação às situações concretas das escolas, mediada pela pesquisa etnográfica, parece ser especialmente útil aos professores que ainda não tem experiência de magistério, pois os deixa muito próximos da vida escolar cotidiana [...].

Ainda para André (2012, p. 29), dentre as várias características destacadas pela autora, a pesquisa de tipo etnográfico,

[...] envolve um trabalho de campo. O pesquisador aproxima-se de pessoas, situações, locais, eventos, mantendo com eles um contato direto e prolongado. Como se dá esse contato? Primeiro não há pretensão de mudar o ambiente, introduzindo modificações que serão experimentalmente controladas como na pesquisa experimental. Os eventos, as pessoas, as situações são observados em sua manifestação natural, o que faz com que tal pesquisa seja também conhecida como naturalística ou naturalista.

Para obtenção das informações a respeito de nossa temática, nos valem da observação participante, sobretudo voltada à dimensão que diz respeito ao “encontro professor-aluno-conhecimento nas situações sociointeracionais de sala de aula”, definida por André como “dimensão instrucional ou pedagógica” (2012, p. 35 e 41). Como uma das técnicas principais adotadas em pesquisas educacionais de tipo qualitativo, a observação participante “[...] é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado” (idem, p. 28). Muito útil é atentarmos também para a caracterização que Angrosino (2009, p. 33) faz a respeito da observação participante em estudos de tipo etnográfico:

Mas na observação participante os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador. O observador participante deve, então, fazer o esforço de ser aceitável como pessoa (o que vai significar coisas diferentes em termos de comportamento, de modos de viver e, às vezes, até de aparência em diferentes culturas) e não simplesmente respeitável como cientista. [...] Como tal, o observador participante não pode esperar ter controle de todos os elementos da pesquisa.

O que segue é a descrição de aspectos da escola onde atuamos como bolsista de iniciação à docência, obtida através de nossa observação participante.

### **Descrevendo o contexto escolar a partir de vivências no PIBID-Pedagogia**

A escola Mariuadir Santos, escola Núcleo de Iniciação à Docência onde ocorreu a implementação de nosso projeto PIBID-Pedagogia, é uma instituição pública de ensino pertencente à rede Municipal de Ensino do Município de Abaetetuba-Pará. Inaugurada no dia 09 de abril de 1988, em prédio construído com recursos da Prefeitura Municipal, funcionava inicialmente com turmas de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Ensino







Fundamental. A escola foi reformada e reinaugurada no dia 15 de agosto de 2019 pela gestão municipal da época.

Atualmente a escola atende apenas os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O público de estudantes atendido é oriundo do bairro Santa Rosa (bairro periférico da cidade), onde a escola está localizada, mas atende também crianças de outros bairros próximos e da zona rural do município. As crianças atendidas são provenientes de famílias de baixa renda que, em sua maioria, trabalham na informalidade.

No período em que atuamos na escola, esta possuía a seguinte organização: O corpo docente e gestor era formado por um grupo composto por: 01 Gestora Escolar, 01 Coordenadora Pedagógica, 27 Professores(as), 01 Secretária Escolar, 08 Assistentes Administrativos, 02 Merendeiras, 07 Auxiliares de Serviços Gerais, 04 Vigias e 12 Profissionais de Apoio Escolar (PAE). A escola atende a um total de 289 alunos, do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

A escola possui 07 salas de aula destinadas ao ensino fundamental (1º ao 5º Ano), com funcionamento em dois turnos: matutino e vespertino. Possui ainda uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em que 2 professoras fazem o atendimento diário aos alunos com deficiência, altas habilidades e superdotação, no turno da manhã; 01 Laboratório de Informática e 01 Sala de Leitura, que conta com diversos livros, os quais podem ser utilizadas por professores(as), alunos e comunidade escolar de modo geral.

No início das atividades no PIBID observamos que a escola não contava com materiais e recursos pedagógicos suficientes, apenas livros didáticos e materiais custeados pelos próprios professores. Assim grande parte das atividades que realizamos no âmbito do projeto PIBID-Pedagogia foram direcionadas às experiências lúdicas, mediadas por recursos pedagógicos que criamos a partir da utilização de materiais reciclados, pois sabemos que tais recursos são de extrema importância para o processo de ensino e aprendizagem de crianças.

A observação de que a professora da sala de AEE não conseguia atender todas as crianças que precisavam de alguma forma de auxílio pedagógico para seu processo de aprendizagem e nossas vivências em sala de aula que demonstravam que as crianças com deficiência precisavam de maior atenção e acompanhamento, nos fez voltar o olhar para um profissional recente no processo educativo escolar. Aos poucos o foco da atenção foi sendo redirecionado para a temática da Educação Especial na perspectiva da inclusão e, em especial, para a atuação de um profissional específico presente na escola, denominado Profissional de Apoio Escolar.



Como já mencionado, a temática a respeito da atuação do Profissional de Apoio Escolar surgiu a partir de observação participante realizadas durante a execução do subprojeto PIBID-Pedagogia em uma escola pública, município de Abaetetuba-PA, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A escola possui crianças com deficiências (TEA, TDAH, por exemplo) e altas habilidades e superdotação (AH/SD) e os Profissionais de Apoio Escolar contratados não são suficientes para atender satisfatoriamente a demanda escolar. Consideramos relevante a temática em razão de termos observado durante nossa inserção na escola que em certas salas de aula a ausência desse profissional tem sido cada vez mais frequente e compromete a aprendizagem das crianças que necessitam do acompanhamento desse profissional.

Compreendemos que é necessário debatermos e realizar investigações a respeito desta temática, pois muito se comenta sobre o assunto no meio educacional e sabemos da importância que esse profissional tem no processo escolar de redução das desigualdades e barreiras que interferem no desenvolvimento educacional das crianças com deficiência ou com necessidades educacionais especiais.

Os documentos normativos e orientadores da política de Educação Especial de perspectiva inclusiva estabelecem diversas ações e adequações a serem implementadas pelos sistemas de ensino para que possam desenvolver o processo de inclusão. Dentre as ações, destaca-se a disponibilização de profissionais de apoio às atividades de higiene, alimentação e locomoção aos alunos da modalidade Educação Especial. Assim, a educação inclusiva é importante porque diferente da Educação Especial, não separa o aluno com deficiência ou com necessidades educacionais especiais do convívio e aprendizado dos demais estudantes de uma escola ou sala de aula regular e sim promove um ambiente onde todos convivem, permitindo que se desenvolvam como sujeitos de direito de aprendizagem, importantes e integrantes da sociedade.

Sob tal perspectiva, a educação inclusiva consiste em garantir que as pessoas, que apresentam deficiência física, mental, intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação, tenham direito à educação a partir de oportunidades de acesso e a participação social dentro do contexto escolar de forma igualitária com os demais estudantes e a valorização das diferenças humanas. Para isso, no ambiente educacional é importante refletirmos se os alunos estão se desenvolvendo em seus processos de aprendizagem de acordo e em respeito às suas diferenças.





## O Profissional de Apoio Escolar, percurso da Educação Especial, legislação e atribuições

O Profissional de Apoio Escolar (PAE) surgiu com os avanços na política de inclusão escolar, através da qual houve um acréscimo no número de matrículas de educandos que são atendidos pela Educação Especial em classes regulares. Assim, este profissional está ligado, historicamente, à necessidade de assegurar o acesso e permanência de estudantes com deficiência, condições específicas e outras nas escolas, pois era necessário um agente de apoio que permitissem trabalhar na área educacional com a diversidade do alunado (Lopes e Mendes, 2023).

O PAE é um profissional que surge em decorrência dos avanços na educação inclusiva, que podem ser verificados através de marcos legais na legislação brasileira. Assim temos presente a perspectiva da inclusão na Constituição Federal de 1988 que traz como um dos seus objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, Art. 3º, inciso IV).

A Constituição Federal estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inciso I) como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208). Assim verifica-se que a carta magna brasileira lança as bases legais para o processo de inclusão na educação brasileira.

Outro documento importante na perspectiva da educação inclusiva foi formulado no ano de 1994, sendo um documento de abrangência internacional, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, gerado na **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade**, que produziu a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), “[...] tida como o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil” (Mendes, 2006, p. 395).

A Declaração de Salamanca ajudou a expandir o conceito de necessidades educativas especiais para todo aquele que precisasse da adaptação da escola para que suas necessidades fossem atendidas e sua escolarização, assim, pudesse se encaminhar. É a partir desse marco que a educação inclusiva vai se popularizando, partindo sim da educação especial, mais vislumbrando uma nova concepção de educação: a escola precisa incluir não apenas os “especiais”, mas todos os alunos.







No caso específico do PAE, a primeira aparição histórica deste profissional na legislação brasileira surgiu no de 2008, com a promulgação do documento da “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008), cita-se pela primeira vez, uma nova categoria profissional, inicialmente sem formação docente, denominado no documento como “cuidador” ou “monitor”, que viriam a ser auxiliares dos estudantes com deficiência e transtornos nas classes regulares.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, atribui ao cuidador a responsabilidade relativa ao suporte às “[...] atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (Brasil, 2008, p. 17). Segundo Lopes e Mendes (2023) esta função manteve seu perfil nos documentos oficiais divulgados posteriormente, abrangendo o mesmo como serviço de apoio, entretanto não especificando sua função.

Em 2015 temos a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015). A LBI assegura a oferta de profissional de apoio para estudantes com deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou com autismo matriculados em qualquer nível ou modalidade de ensino de escolas públicas ou privadas. A LBI apresenta a função do profissional de apoio como um dos indicadores de acessibilidade nas escolas, mas a regulamentação da profissão ainda não tem uma diretriz nacional. Por conta disso, esse papel tem sido desempenhado por diversos públicos, incluindo auxiliares de sala, estagiários de Pedagogia, pessoas com o ensino médio completo que acessam a vaga através de processo seletivo, ou por indicação da influência de alguém no poder público, professores com ou sem habilitação em Educação Especial, pessoas da comunidade e, em muitos casos, os próprios familiares. Segundo a LBI (2015) o papel do profissional de apoio é mediar nas atividades escolares, ajudar o aluno a ter autonomia, incentivar na interação em atividades coletivas, trabalho colaborativo com a equipe escolar, auxiliar a organização dos materiais, rotinas e tarefas dos estudantes.

Sobre a atuação e função do profissional de apoio escolar, em uma perspectiva local, segundo a Lei Municipal nº 529/2019, que trata acerca da Criação do Cargo de PAE, para alunos com deficiência da rede pública municipal de ensino, é função do PAE:

Art. 3º, Parágrafo Único - O Profissional de Apoio Escolar não é caracterizado como professor para os devidos fins de direito.e terá entre suas atribuições: Estimular a interação com os alunos da escola, traçando parceria com a comunidade escolar; Estimular a autonomia dos alunos público-alvo da Educação Especial no desenvolvimento de atividades de vida diária e práticas (alimentação, higiene e locomoção); Auxiliar nas atividades correlatas ao bem-estar do(s) aluno(s) público-alvo da Educação Especial, levando ao conhecimento da Unidade de Ensino fatos ou fatores externos ou internos que possam interferir no aprendizado, saúde ou convivência saudável do(s) referidos aluno(s) (Abaetetuba, 2019).





Entende-se que o profissional de apoio escolar, ou PAE, é um ator essencial na instituição escolar, pois ele promove suporte aos educandos que necessitam de auxílio especializado, nesse viés cabe a cada estado, município, e rede de ensino normatizar quem é esse profissional e como deve ser sua formação (Metzka; Oliveira e Klinger, 2022).

### **As atribuições do PAE na Escola Mariuadir Santos**

Durante nossa atuação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Mariuadir Santos, no âmbito do Projeto PIBID-Pedagogia, verificamos que as turmas, nas quais participamos como bolsistas de iniciação à docência, somadas, contavam com 7 alunos público-alvo da Educação Especial. Na turma de 2º Ano/Matutino, dos 25 alunos matriculados, havia 02 alunos com deficiência, sem acompanhamento do PAE. Na turma de 3º Ano/Vespertino, dos 22 alunos matriculados, havia 01 aluno com deficiência, sem acompanhamento do PAE. Na turma de 4º Ano/Vespertino, dos 25 alunos matriculados, havia 01 aluno com deficiência, e contava com acompanhamento do PAE. Na turma de 5º Ano/Matutino, dos 33 alunos matriculados, havia 03 alunos com necessidade de apoio do PAE, sendo 02 com TDAH e 01 com TEA e, entretanto, não contavam com acompanhamento do PAE.

Esta realidade escolar contrasta com a legislação inclusiva brasileira, a qual indica a obrigatoriedade da presença do profissional de apoio escolar, nas escolas nas quais há alunos que são público-alvo da educação inclusiva. É interessante ressaltar a importância deste profissional, uma vez que “O PAE é um elemento na escola para dar suporte a esse contexto escolar, nesse sentido cabe a cada estado, município, e rede de ensino normatizar quem é esse profissional” (Metzka; Oliveira; Klinger, 2022, p.2).

Entretanto durante a atuação na Escola Mariuandir Santos foi possível verificar que a escola conta com um efetivo insuficiente de Profissionais de Apoio Escolar (PAE). Nesse cenário verificou-se que a ausência de PAEs impactava diretamente na dinâmica escolar de sala de aula. Mesmo a escola possuindo 12 Profissionais de Apoio Escolar, ainda assim é claramente insuficiente para o atendimento da demanda, e essa vivência reforça a urgência de se efetivar políticas de inclusão, garantindo um suporte pedagógico adequado para todas as crianças que dele necessitam.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**





A presença do Profissional de Apoio no ambiente escolar é um fato recente, acredita-se que por esse motivo ao buscar na literatura pesquisas que abordassem essa temática, constatamos um número reduzido de publicações referentes ao trabalho desse profissional. Nos documentos da Política Nacional de Educação Especial de Perspectiva Inclusiva, verifica-se que o tema Profissional de Apoio é abordado de maneira bastante breve.

Diante do exposto, precisamos problematizar que para além da discussão da necessidade da presença do PAE no ambiente escolar, tomada como bandeira de luta por grupos familiares, entidades e políticos, precisamos também tratar da formação pedagógica, da identidade e constituição profissional deste agente escolar. Não se trata, porém, de negar a relevância do Profissional de Apoio Escolar, cujo trabalho precisa continuar a ser pesquisado em novos estudos, mas de se esclarecer que este não pode ser entendido pelas redes públicas de ensino como substituto mais “econômico” em relação aos professores e profissionais especializados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que a função do Profissional de Apoio Escolar é considerada recente e ainda está em busca de definições do seu real papel na construção de uma escola de qualidade. Mas precisamos o quanto antes compreender a sua importância na equipe escolar, somando esforços para a construção de uma escola inclusiva. Nesse cenário, o Profissional de Apoio Escolar é de suma importância para a permanência do aluno com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, pois este profissional auxilia alunos e professores em sala através do partilhamento de saberes, conhecimentos e o cuidado necessário com a criança.

Portanto, verificamos através deste exercício investigativo que há um baixo quadro de Profissionais de Apoio Escolar (PAE) na escola em que atuamos e que esta insuficiência produz impactos no processo de aprendizagem, além de comprometer o princípio da educação enquanto direito de todos. Nesse sentido reafirma-se a importância da pesquisa enquanto ferramenta que permite explorar a realidade e através de seus achados contribuir para a promoção do conhecimento e sensibilização da sociedade sobre a importância da atuação dos PAEs nas escolas.

## **REFERÊNCIAS**





ABAETETUBA, **Lei Nº 529/2019 de 15 de março de 2019**. [trata acerca da criação do cargo de profissional de apoio escolar para alunos com deficiência, da rede pública municipal de ensino do município de Abaetetuba e das outras providências]. Abaetetuba: câmara municipal. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/13PNA4GLc9zsb\\_Y4gfKZmxJO979IC-Ws9/view](https://drive.google.com/file/d/13PNA4GLc9zsb_Y4gfKZmxJO979IC-Ws9/view). Acesso em: 15 de março de 2024.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Ensinar a pesquisar: como e para quê? In. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Lições de didática**. Campinas-SP: Papirus, 2006, pp. 123-134.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Papirus, 2012.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

BRASIL, Lei n 13.146, 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> . Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988 Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

LOPES, M. M.; MENDES, E. G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v28/1809-449X-rbedu-28-e280081.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. pp. 387 – 559, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 12 de maio de 2025.

METZKA, Nara; Oliveira, RHUBIA; Klinger, Ellen. Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil. **Research, Society and Development**, v.11, n 16. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38494/31903>. Acesso em: 18 de junho de 2024.

PANTOJA, Daniela de Sousa; GONÇALVES, Jadson F. G.; BITTENCOURT, Rafaela Cristian Pinheiro; SOARES, Roberta Dias; SOUSA, Thaynara da Silva. Alfabetização e letramento: um relato de experiência a partir da vivência no PIBID/Pedagogia/Campus de Abaetetuba - UFPA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na EMEF Mariuadir Santos. In: II Seminário Integrado PIBID-RP, 2024, BELÉM-PA. **Anais do II Seminário Integrado PIBID-RP**. BELÉM-PA: PROEG-UFPA, 2024. v. 1. p. 141-148.

PANTOJA, Daniela de Sousa; PASSOS, Elisandra. R.; CASTRO, Vanessa. A.; GONÇALVES, Jadson. F. G. A importância da didática na prática pedagógica nas Séries





Iniciais do Ensino Fundamental. In: VI Encontro dos Estudantes de Pedagogia do Campus de Abaetetuba - UFPA, 2023, Abaetetuba-Pa. **Anais do VII Encontro dos Estudantes de Pedagogia**. Abaetetuba-Pa: Ed. Abaete, 2023, v. 1, p.50-53.

